

DECLARAÇÃO DE CIDADES

As cidades abaixo assinadas se uniram em nome da região da América do Sul com a rede ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade - para se comprometerem a participar ativamente do enfrentamento da crise climática e a lidar com os desafios urgentes que enfrentamos como região.

Pedimos aos participantes do Congresso Mundial do ICLEI em 2024, em São Paulo, Brasil, que compartilhem esta declaração conjunta, que tem como objetivo contribuir para abordar essa questão de maneira unificada, justa e equitativa.

As mudanças climáticas exigem uma resposta coletiva. Embora seus efeitos estejam sendo sentidos globalmente, especialmente nas cidades sul-americanas, seus riscos não são ameaças futuras, mas representam um **desafio contemporâneo e crucial**, cujas consequências podem ser devastadoras. Nossa localização geográfica, juntamente com fatores como a desigualdade, a falta de infraestrutura adequada, a densidade populacional, a crescente urbanização informal e a falta de certos recursos, nos colocam em uma **posição de maior vulnerabilidade**. Nossas cidades e regiões estão frequentemente sujeitas a eventos climáticos extremos, como enchentes, secas, tempestades severas, ondas de calor e incêndios florestais, que se tornarão mais frequentes e intensos, com consequências potencialmente irreversíveis para a população, os ecossistemas locais e a economia.

Portanto, e considerando, em primeiro lugar, que o financiamento climático é uma ferramenta fundamental para combater as mudanças climáticas e avançar em direção ao desenvolvimento sustentável e equitativo, as cidades signatárias estão pressionando **por linhas de financiamento climático a fim de aumentar os recursos para combater as mudanças climáticas, tanto em termos de mitigação quanto de adaptação**. Como resultado, propomos um "**Novo Pacto Financeiro Global para Governos Subnacionais**" a ser acordado com outros grupos constituintes, com os seguintes pontos:

- Uma reestruturação abrangente do sistema financeiro e dos mecanismos financeiros globais para permitir que os fundos públicos otimizem o uso de fundos privados e garantam a alocação mais eficiente de recursos em diferentes níveis de governo.
- O financiamento direto por meio de fundos verdes existentes e de novos fundos, como fundos para perdas e danos para grupos e grupos específicos,

como governos locais, precisa ser facilmente acessível, e é preciso haver mecanismos ordenados para acessar esses fundos.

- Fortalecer a presença do grupo constituinte da LGMA em fóruns globais e regionais para influenciar o desenvolvimento sustentável, as mudanças climáticas e as agendas de gerenciamento de riscos, permitindo que os líderes locais e regionais participem da mesa de tomada de decisões, enfatizando o papel indispensável dos governos subnacionais na luta contra as mudanças climáticas.
- Incentivar os esforços para reformular os bancos de desenvolvimento multilaterais e nacionais para que adotem uma abordagem mais programática, fornecendo apoio às cidades por meio de estratégias de ação climática formuladas de forma colaborativa e facilitando a transformação climática urbana.
- Apoiar a colaboração entre os setores público e privado para combinar seus conhecimentos e recursos a fim de enfrentar os desafios que são imensos e complexos demais para que qualquer um dos setores possa enfrentar de forma independente.
- Promover o estabelecimento de sistemas robustos de monitoramento e avaliação para garantir o uso transparente, eficiente e eficaz dos fundos climáticos.

As cidades abaixo assinadas, portanto, destacam a importância de priorizar **a resiliência urbana como uma estratégia urgente de desenvolvimento urbano e adaptação**. A crise climática deve ser enfrentada por meio de uma estratégia de resiliência proativa e abrangente; uma estratégia que gere medidas de adaptação sustentáveis de longo prazo e inclua efetivamente as comunidades locais, protegendo-as e preservando seu futuro.

Em vista do exposto acima, e considerando essas prioridades, propomos

- Exigir que a voz das cidades e regiões seja ouvida nos processos globais e que sejam disponibilizados espaços para falar, particularmente nas Conferências do Clima (COP 29 e 30) e da Biodiversidade (COP 16), com ênfase em: reuniões ministeriais sobre Desenvolvimento Urbano e Mudanças Climáticas convocadas pela Presidência da COP; fóruns de governos locais e regionais e espaços promovidos pela "*circunscrição*" de autoridades locais e governos locais (LGMA).

- Defender reformas fundamentais dos bancos multilaterais de desenvolvimento e dos bancos nacionais de desenvolvimento para que se concentrem mais no enfrentamento de crises globais e locais em áreas como ação climática, conservação da biodiversidade e preparação para pandemias.
- Apoiar o desenvolvimento de mecanismos de adaptação às mudanças climáticas para o gerenciamento de riscos de desastres, incluindo a transferência de riscos e outros, para apoiar a preparação financeira para diferentes tipos de riscos de desastres e o uso de fundos de forma eficaz e eficiente pelos governos locais e regionais.
- Fortalecer a cooperação entre cidades e regiões de todas as escalas (pequena, intermediária e mega) para trocar conhecimentos, experiências e boas práticas sobre mudanças climáticas com o apoio e a colaboração de redes de cidades como articuladoras e promotoras da diplomacia subnacional.
- Gerar novas oportunidades de trabalho em rede para compartilhar recursos e trabalhar em projetos conjuntos para enfrentar os desafios climáticos de forma mais eficaz e prioritária, tomando como referência: 1) a iniciativa SURGe, lançada pela Presidência da COP27 em colaboração com a UN-Habitat e o ICLEI, para impulsionar projetos de resiliência urbana com uma abordagem multidimensional, 2) a Iniciativa CHAMP lançada pela Presidência da COP28 e a Bloomberg Philanthropies para aumentar a agenda urbana na revisão dos NDCs e acelerar o financiamento para a ação climática local.
- Promover a criação de sistemas de monitoramento e avaliação para medir o progresso na implementação de medidas de resiliência urbana, permitindo a identificação de áreas para melhoria e feedback contínuo sobre os esforços realizados.
- Promover a conservação e a restauração dos ecossistemas como parte integrante das estratégias de resiliência, pois eles são fundamentais para a regulação do clima e a redução do risco de desastres.

Esta declaração representa um compromisso conjunto das cidades sul-americanas em direção a um futuro mais sustentável e reconhece a necessidade iminente de agir com urgência e determinação diante da atual ameaça representada pela emergência climática em nossa região. Pedimos que elas se unam a esse esforço coletivo para garantir um mundo mais seguro e mais justo para as próximas gerações. Podemos transformar nossas cidades e regiões em exemplos de resiliência e sustentabilidade, liderando o caminho para um presente e um futuro estáveis em relação ao clima, prósperos e inclusivos.

Lista de cidades membros:

Argentina	Avellaneda
	Ayacucho
	Cidade Autônoma de Buenos Aires
	Córdoba
	Corrientes
	Despeñaderos
	Esteban Echeverría
	Godoy Cruz
	Jujuy
	Mar del Plata
	Marcos Juarez
	Mendoza
	Pérez
	Rio Grande
	Rosário
	São Jorge
	Santa Fé
	Tandil
	Tolhuin
	Vicente López
	Villa Gobernador Galvez
Brasil	Belém
	Belo Horizonte
	Caxias do Sul
	Campo Grande
	Curitiba

Porto Alegre
Rio de Janeiro
Salvador
São José dos Campos

Chile

Arica
Cerrillos
Cerro Navia
El Monte
Huechuraba
Independência
La Granja
A Rainha
Las Condes
Lo Barnechea
Lo Prado
Maipú
Pedro Aguirre Cerda
Peñalolén
Providência
Pudahuel
Puerto Montt
Quilpué
Recoleta
Renca
São Bernardo
São Joaquim
Santiago
Talagante
Vitacura

Colômbia

Área metropolitana de Bucaramanga
Bogotá
Bucaramanga
Cali
Enviado
A estrela
Medellín
Medellín - Cartama
Medellín - La Paz

Penderisco Sinifaná
Sonsón
Villavicencio

Equador

Bacia
Quito
Portoviejo

Peru

Iquitos
Lima

Uruguai

Canelone
Montevideú